

**ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
- CMDPD - BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC - 26 DE JUNHO DE 2025**

Ao vigésimo sexto dia do mês de Junho de dois mil e vinte e cinco reuniram-se as nove horas na Plenária Extraordinária Mensal do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência pela Plataforma Virtual Google Meet www.meet.google.com/fnm-pjoh-ofi, www.meet.google.com/zjz-hpsp-smz com pauta única: Cadastro Municipal de Inclusão. A presidente Gévelyn Almeida iniciou a reunião repassando aos presentes a importância de tal mecanismo para o município de Balneário Camboriú pois no dia trinta de Junho de dois mil e vinte e cinco fará oito anos da Lei Municipal 4041/2017 que prevê a implementação do Cadastro Municipal de Inclusão no Município que possibilitará a construção de políticas públicas direcionadas a pessoa com deficiência. A presidente projetou na tela aos conselheiros a Lei Municipal onde realizou a leitura na íntegra: **LEI Nº 4041, DE 30 DE JUNHO DE 2017. "Autoriza criar o Cadastro Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e dá outras providências"**. Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: **Art. 1º** institui o Cadastro Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com a finalidade de orientar a elaboração de políticas públicas para a avaliação biopsicossocial da deficiência e estabelecer diretrizes e procedimentos relativos ao Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Cadastro-Inclusão. **Art. 2º** O Cadastro-Inclusão é um registro público com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência e das barreiras que impedem a realização de seus direitos, nos termos do art. 92 da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS Art. 3º** O Cadastro-Inclusão tem como objetivos; I - Padronizar os dados sobre as pessoas com deficiência, de forma a promover integração de sistemas de informação e bases de dados; II - Reunir e sistematizar informações de bases de dados e sistemas de informação dos órgãos da administração municipal, necessárias para a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente aquelas referentes às barreiras que impedem a realização de seus direitos; III - incentivar o desenvolvimento de pesquisas que promovam o conhecimento técnico-científico sobre as pessoas com deficiência e as barreiras que impedem a realização de seus direitos; e IV - Fomentar a transparência das ações do poder público municipal e do controle social, de maneira a divulgar e a disseminar informações que promovam o conhecimento sobre o grau de realização dos direitos das pessoas com deficiência. **Parágrafo único.** A disseminação das informações de que trata o inciso IV do caput deve preferencialmente observar; I - Se dar em formato acessível; II - Proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais; III - preservar a privacidade das pessoas com deficiência; **Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Balneário Camboriú (SC), 30 de junho de 2017. **DISCUSSÃO:** De conhecimento da Legislação a Presidente Gévelyn repassou aos Conselheiros a Ficha que irá referenciar o Cadastro Inclusão contemplando as Deficiências sendo: física, auditiva, visual, intelectual/cognitiva, e ocultas, onde tal documento foi construído pela Coordenadoria de Políticas Públicas a Pessoa com Deficiência e Divisão do SUAS vinculados a Secretaria de Assistência Social Mulher e Família. Foi realizada as discussões, alterações que foram incluídos: síndromes raras/síndromes raras não visíveis, sequelas oncológicas, doenças neurológicas, transtornos/déficits, fibromialgia, tremor essencial, direcionadas a cada especificidade, e de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015. Os conselheiros definiram que em casos de Transtorno de Espectro de Autismo (TEA) somente será aceito para fins de diagnósticos laudo médico emitido por Neurologista, Psiquiatra, e, que para Laudos Particulares o mesmo deve ser anexado cópia e obrigatoriamente deve ter assinatura/carimbo e CRM de médico do SUS. Nada a mais tendo a relatar segue lavrado a ata as onze horas e quarenta e três minutos, secretariada pela Presidente Gévelyn Almeida, e em



Tipo de Deficiência					CID 10 Obrigatório o indicar conforme definição
DEFICIÊNCIA FÍSICA - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, <u>acarretando o comprometimento da função física</u> , apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, estomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, <u>exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções</u> , síndromes raras, sequelas oncológicas ou parkinson avançado que acarretam em dificuldades físicas.					
DEFICIÊNCIA AUDITIVA - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz, e 3.000Hz; síndromes raras que acarretam dificuldades auditivas					
FREQUÊNCIAS :	500Hz	1.000Hz	2.000Hz	3.000Hz	
Ouvido Direito:	=.....d B	=.....d B	=.....d B	=.....d B	
Ouvido Esquerdo:	=.....d B	=.....d B	=.....d B	=.....d B	
DEFICIÊNCIA VISUAL - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 <u>no melhor olho, com a melhor correção óptica</u> ; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor de 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.					
DEFICIÊNCIA VISUAL	Olho Direito		Olho Esquerdo		
Acuidade Visual:		
Campo Visual:°	°		
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL/MENTAL - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, <u>com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas</u> , tais como: a) comunicação, b) cuidado pessoal, c) habilidades sociais, d) utilização dos recursos da comunidade, e) saúde e segurança, f) habilidades acadêmicas, g) lazer, e h) trabalho e síndromes raras que					

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS

--

Assinatura:	Assinatura:
OBRIGATÓRIO ASSINATURA DE DOIS PROFISSIONAIS SENDO UM MÉDICO	
Carimbo e Registro Profissional	Carimbo e Registro no CRM